

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FRANCIS FUKUYAMA, *AFTER THE NEOCONS. AMERICA AT THE CROSSROADS*, NEW HAVEN

Yale University Press, 2006, 192 pp.

Na antecipação do fim do segundo mandato do Presidente George W. Bush, começaram os inevitáveis realinhamentos entre os intelectuais da política externa norte-americana, nomeadamente nas próprias fileiras da administração republicana.

Francis Fukuyama está no centro da primeira cisão interna deste ciclo. Depois de se tornar conhecido com a sua versão do Fim da História hegeliana, Fukuyama aproximou-se gradualmente dos neoconservadores – William Kristol, Robert Kagan – cujas fileiras abandona por causa da *débâcle* iraquiana. Os argumentos da separação são de duas ordens. Por um lado, trata-se de redefinir os princípios neoconservadores: a política externa norte-americana deve ter em conta a política interna e não só o comportamento internacional dos outros países; o poder, pelo menos o poder dos Estados Unidos,

deve ser exercido para realizar valores morais; a engenharia social é muito difícil e deve ser praticada com moderação e humildade. Por outro lado, trata-se de mostrar onde a administração republicana não cumpriu esses princípios e por que falhou: a invasão do Iraque foi rejeitada pelas opiniões públicas e prejudicou a legitimidade internacional dos Estados Unidos; os valores em causa eram confusos, porque a invasão foi mal fundamentada e a retórica da guerra contra o terrorismo é manifestamente exagerada; as tentativas de impor a democracia no Médio Oriente são irrealistas. Qual é a alternativa? Fukuyama defende um «wilsonismo realista» que combina a necessidade do recurso à força com o fortalecimento da legitimidade, num quadro de «multimultilateralismo» ou de «multilateralismo competitivo» que possa criar um novo quadro de ordenamento institucional e contornar a centralidade das Nações Unidas. Essa versão realista do internacionalismo liberal anuncia próximos alinhamentos.

No fundo, a ruptura era inevitável. Para um hegeliano «marxista», a tendência para a

democracia é uma inevitabilidade histórica e, nesse sentido, o internacionalismo democrático «leninista» dos neoconservadores representa um voluntarismo dispensável.

JEFFREY RICHELSON, SPYING ON THE BOMB. AMERICAN NUCLEAR INTELLIGENCE FROM NAZI GERMANY TO IRAN AND NORTH KOREA

Nova York, W.W. Norton, 2006, 608 pp.

Jeffrey Richelson, professor de relações internacionais e Senior Fellow no National Security Archive em Washington, escreveu o primeiro livro completo, com acesso a fontes documentais inéditas, sobre as informações norte-americanas no domínio dos programas nucleares militares, um dos temas cruciais do nosso tempo.

O trabalho excepcional de Richelson combina a parte política e diplomática, com a parte técnica e científica, incluindo a recolha das informações, quer através da penetração das equipas científicas, só possível nos casos de Taiwan e da África do Sul – os soviéticos foram mais eficazes neste campo, pelo menos no caso do projecto Manhattan –, quer pelas imagens aéreas das instalações físicas dos programas nucleares, obtidas pelos aviões de alta altitude e pelos satélites, quer pela interpretação sismológica e meteorológica, no caso dos ensaios nucleares, que várias vezes apanharam de surpresa os serviços de informações dos Estados Unidos, nomeadamente no caso da Índia, quer em 1974, quer em 1998. Faltam elementos para conhecer melhor as crises nucleares, mas

Richelson tem indicações seguras sobre como os Estados Unidos e a União Soviética acompanharam, em conjunto, o programa chinês, bem como acerca da discussão entre os responsáveis norte-americanos sobre a necessidade de tornar a Índia numa potência nuclear em resposta ao sucesso dos ensaios atómicos chineses, em 1964.

As suas conclusões são claras quanto à determinação das grandes potências regionais – e também de estados párias, onde inclui Israel, Taiwan e a África do Sul – em se tornarem potências nucleares, quanto à sua capacidade de desenvolver os programas correspondentes no mais completo segredo e quanto aos limites dos serviços secretos mais sofisticados em obterem informações precisas e fiáveis sobre esses programas. Os casos da África do Sul, da Ucrânia e de Taiwan mostram que a desnuclearização é possível, mas também servem para confirmar como, nomeadamente no caso dos *rogue states*, é quase impossível a diplomacia prevalecer contra os reflexos de sobrevivência estratégica de estados isolados e de regimes autoritários.

MICHAEL MANDELBAUM, THE CASE FOR GOLIATH. HOW AMERICA ACTS AS THE WORLD'S GOVERNMENT IN THE 21ST CENTURY

Nova York, Public Affairs, 2005, 283 pp.

Michael Mandelbaum, professor da School of Advanced International Studies, escreveu uma continuação, incluindo o pós-II de Setembro, do seu *The Ideas that Conquered the World*, em que conse-

gue fazer uma defesa inteligente e moderada da política externa norte-americana. O ponto de partida é claro: três ideias prevaleceram na Guerra Fria e dominam o princípio do século XXI – a paz, a democracia e a economia de mercado – e os Estados Unidos são os principais, senão os únicos, responsáveis pela defesa do modelo de ordenamento que assenta nessa trilogia. Os europeus deviam ajudar à missa mas, como explica Mandelbaum, querem representar a civilização sem terem de a defender. Os Estados Unidos não são reconhecidos pelos seus esforços de governança mundial, porque o que fazem é dado como adquirido. O exercício relevante, nesse caso, é simular as consequências de uma retirada isolacionista da principal potência internacional em capítulos cruciais como são a paz democrática na Europa e a contenção das tensões na Ásia Oriental, a limitação da proliferação nuclear – o facto de tão poucos estados se terem tornado potências nucleares desde 1945 é inseparável da garantia estratégica

nuclear norte-americana – e impedir que as armas de destruição maciça caiam nas mãos de *rogue states* ou de organizações terroristas, ou a regulação da economia internacional.

Há uma continuidade substancial na política norte-americana desde o fim da Guerra Fria. Para Mandelbaum, a intervenção humanitária de Clinton e a guerra preventiva de Bush são «irmãs gémeas», determinadas ambas a violar a soberania dos estados em nome dos mesmos valores. No mesmo sentido, há uma tendência permanente para exportar a democracia, mesmo com o risco de multiplicar as «democracias iliberais», ou até de receber em troca mais democracias islâmicas anti-ocidentais. Há, por último, um problema de legitimidade: desde a Revolução Francesa até Luke Skywalker e Indiana Jones, ninguém gosta do Golias que tem de garantir a ordem e a estabilidade, e toda a gente quer estar do lado de David, ou do lado das vítimas contra os poderosos.

■ CARLOS GASPAR

ESTUDOS AFRICANOS

DAVID ANDERSON, HISTORIES OF THE HANGED. BRITAIN'S DIRTY WAR IN KENYA AND THE END OF THE EMPIRE

Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2005, 406 pp.

CAROLINE ELKINS, BRITAIN'S GULAG. THE BRUTAL END OF EMPIRE IN KENYA,

Londres, Cape, 2005, 352 pp.

Nos últimos anos, mas especialmente depois do 11 de Setembro, uma legião de comentadores (tanto à esquerda

como à direita) tem-se entretido a coleccionar pontos de contacto entre o activismo unilateral da América de Bush e algumas experiências imperiais europeias.

O conhecido historiador escocês Niall Ferguson sugeriu mesmo que a preservação de uma ordem internacional decente e liberal dependerá muito da vontade dos Estados Unidos em assumirem um papel imperial semelhante àquele que a Grã-Bretanha vitoriana desempenhou durante o século XIX. Este tipo de exortações

repousa, claro está, numa memória adocicada do Império Britânico – supostamente, a entidade responsável pela disseminação a nível mundial de uma série de princípios e instituições que nos habituámos a identificar com o legado mais positivo do Ocidente.

Editados cerca de um ano depois do escândalo de Abu Ghraib, os livros de David Anderson e Caroline Elkins procuram corrigir as perspectivas históricas mais benevolentes da «missão colonial» britânica e do seu fim relativamente pacífico. O tema de ambos é o violento conflito que teve lugar no Quénia durante os anos 50, na sequência de uma insurreição protagonizada sobretudo por elementos da tribo Kikuyu – a chamada «revolta dos Mau-Mau» – em protesto contra a política de distribuição de terras favorável aos colonos brancos. Usando uma estratégia em que a repressão teve um papel tão importante quanto o aliciamento de outros sectores da população queniana, as autoridades britânicas conseguiram dominar a revolta em poucos anos. Mas esse êxito teve um preço. A partir de 1954-1955 o Quénia transformou-se numa autêntica colónia penal com dezenas de milhar de detidos em campos correcionais que Caroline Elkins, forçando um pouco a nota, compara ao Gulag soviético. Gradualmente, a opinião pública britânica começou também a exibir uma atitude menos tolerante em relação ao uso sistemático da tortura e dos castigos físicos por parte das forças da ordem. Em 1959, o espancamento até à morte de alguns prisioneiros num dos campos de detenção (o «massacre de Hola Camp»), e o choque

que a sua revelação provocou no Reino Unido, teve uma influência decisiva na decisão do governo de Macmillan de antecipar a retirada britânica do Quénia. Graças à «diabolização» dos Mau-Mau pelos nacionalistas quenianos mais moderados, os aspectos mais controversos da campanha de contraguerrilha foram caindo no esquecimento. A memória desse episódio doloroso é resgatada por estes dois livros. Embora abordando o tema a partir de perspectivas diferentes, e usando metodologias distintas, ambos demonstram como o colonialismo liberal britânico teve de se negar a si próprio para levar de vencida o tipo de contestação com que se deparou no Quénia.

**FERNANDO TAVARES PIMENTA,
BRANCOS DE ANGOLA. AUTONOMISMO
E NACIONALISMO (1900-1961)**

Coimbra, Minerva, 2005, 224 pp.

Editado em finais do ano passado, o livro de Fernando Pimenta aborda um tema geralmente negligenciado pela moderna historiografia de Angola: o contributo dado pela minoria branca da colónia para a formação de uma consciência nacional angolana, e o papel que algumas das suas figuras e organizações desempenharam na contestação ao poder metropolitano. Por razões opostas, esse contributo foi durante muito tempo silenciado, tanto pelas autoridades coloniais como pelos movimentos de libertação. Durante a Guerra Colonial, o Estado Novo procurou sempre fazer passar a ideia de que o fim da soberania portuguesa em África daria inevitavelmente lugar a regimes tirânicos,

onde os brancos não teriam qualquer futuro (de resto, uma profecia que a sua política de resistência cega à descolonização ajudou a concretizar). Por seu lado, os partidos marxistas que passaram a governar Angola e as restantes colónias portuguesas após 1975 estavam mais interessados em promover uma narrativa histórica de contestação ao colonialismo que conferisse a primazia aos antepassados negros ou mestiços dos movimentos de libertação.

Com bastante sensibilidade, e revelando um excelente domínio da literatura académica sobre a problemática do nacionalismo, Fernando Pimenta questiona muitos dos mitos e equívocos que ainda hoje persistem sobre a construção da identidade nacional da mais emblemática das antigas colónias portuguesas em África. É certo que o presente trabalho poderia ter ganho uma outra profundidade se tivesse incorporado uma investigação de arquivo mais aturada, mas esse é um pecado do qual podemos facilmente absolver o autor tendo em conta as perspectivas originais que a sua análise nos oferece. Fernando Pimenta não é o primeiro historiador a destacar a importância do leuconacionalismo na história contemporânea de Angola (aliás, como o próprio tem a honestidade de reconhecer ao mencionar os trabalhos pioneiros de autores como Douglas Wheeler), mas até hoje ninguém o tinha ainda examinado de forma tão sistemática e com recurso aos testemunhos orais de alguns dos seus protagonistas.

O livro está organizado em três partes. A primeira consiste num enquadramento do tema a partir de um panorama sócio-

-demográfico da colónia e de uma sinopse histórica da política e administração portuguesa em Angola (em comparação com outras experiências coloniais europeias em África). Seguidamente, em dois capítulos, o autor aborda as movimentações autonomistas dos colonos brancos em Angola, do período monárquico constitucional até ao deflagrar da II Guerra Mundial. A terceira parte reconstitui os percursos, nem sempre coincidentes, da burguesia branca angolana que a partir de meados da década de 40 experimentou uma frustração crescente face às políticas emanadas do poder metropolitano. Alguns dos seus elementos juntar-se-ão mais tarde aos negros e mestiços que estiveram na fundação do MPLA; outros tentarão persuadir o regime colonial a enveredar por uma via reformista que fosse ao encontro das suas aspirações autonomistas. A evolução política de Angola após 1961 encarregar-se-ia de destruir as ilusões de uns e de outros. Aguardemos pois a eventual sequela desta estimulante investigação.

MARTIN MEREDITH, THE STATE OF AFRICA. A HISTORY OF FIFTY YEARS OF INDEPENDENCE

Londres, Free Press, 2005, 752 pp.

Da euforia à completa desolação – assim se pode descrever a trajetória do continente africano durante as últimas cinco décadas. Um antigo jornalista com larga experiência nos assuntos da África Meridional (Zimbabué e África do Sul), o britânico Martin Meredith entende que o fracasso das independências africa-

nas deve ser visto, antes de mais, como um fracasso de liderança política. Por muita influência que alguns factores exógenos (como a Guerra Fria ou certos desenvolvimentos económicos internacionais) possam ter exercido nesse processo, o autor considera que nenhum deles foi tão decisivo quanto a ausência de escrúpulos patenteada por sucessivas gerações de dirigentes africanos – os *Big Men* que de forma mais ou menos extravagante delapidaram as riquezas nacionais dos respectivos países, na maior parte dos casos para seu benefício pessoal e das suas clientelas políticas (o Banco Mundial calcula que cerca de 40 por cento da riqueza privada de África esteja guardada *off-shore*). É claro que as estruturas e os hábitos legados pelas potências coloniais poderão ajudar a explicar a fraca resistência das instituições pós-coloniais face às investidas de uma classe de «políticos-vampiros»; mas Meredith insiste que, várias décadas volvidas, é impossível continuar a assacar ao colonialismo a responsabilidade por todos os males que afligem o continente. Nesse sentido, as campanhas bem intencionadas que indivíduos, ONG e agências internacionais têm desenvolvido nos últimos anos em prol do incremento da ajuda a África, ou do perdão das dívidas dos países africanos, são por ele vistas como uma falsa panaceia. Impedem a comunidade internacional de atacar as verdadeiras causas dos problemas africanos – a corrupção, a venalidade e ausência de respeito pelas normas mais elementares do Estado de direito – e contribuem para que uma classe política cleptocrata se perpetue no poder.

Embora Meredith nunca nos forneça uma explicação elaborada para as razões do fracasso do Estado pós-colonial em África, esse défice conceptual é parcialmente compensado pela vivacidade das vinhetas históricas que dão corpo à sua narrativa. Enquanto reconstituição factual e anedótica, *The State of Africa* cumpre bem os objectivos que o autor pretendia: consegue prender a atenção do leitor por mais de 700 páginas, ao mesmo tempo que lhe vai incutindo um sentido de indignação crescente. Com efeito, se os perfis de Idi Amin, Bokassa, Mengistu, Mobutu e outros tiranos causam revolta e ultraje, os capítulos dedicados ao genocídio do Ruanda e aos conflitos da Libéria e Serra Leoa na década de 90 quase dão vontade de chorar. Não menos exasperante é verificar como mesmo aqueles países que à saída da descolonização reuniam todas as condições para proporcionar um futuro de dignidade às respectivas populações, como o Gana, a Costa do Marfim ou a Tanzânia, acabaram também eles por sucumbir aos impulsos megalómanos ou à falta de bom senso dos seus líderes. Existem, claro está, algumas excepções animadoras: o Senegal de Leopold Senghor, o Botswana de Seretse Khama ou a África do Sul pós-apartheid (não obstante a forma desastrosa como Thabo Mbeki lidou com a epidemia da SIDA) – exemplos de como a democracia multipartidária e o respeito pelos direitos humanos podem ser compatíveis com algum desenvolvimento económico. Mas a eternamente anunciada «renascença africana», essa parece estar ainda muito longe de se materializar.

**EMÍDIO FERNANDO, O ÚLTIMO ADEUS
PORTUGUÊS. HISTÓRIA DAS RELAÇÕES
ENTRE PORTUGAL E ANGOLA.
DO INÍCIO DA GUERRA COLONIAL
ATÉ À INDEPENDÊNCIA**

Lisboa, Oficina do Livro, 2005, 379 pp.

É difícil imaginar o que teria acontecido se, por absurdo, Salazar tivesse decidido retirar Portugal de Angola logo no início dos anos 60. No mínimo, talvez tivesse conseguido poupar o território aos efeitos da globalização da Guerra Fria em meados dos anos 70. A ausência de uma identidade nacional minimamente enraizada entre as principais tribos angolanas teria sempre dificultado a transição do país para a independência, por muito bem intencionados que pudessem ser os esforços da antiga potência colonial nesse sentido. Após treze anos de guerra (contra o regime colonial, mas também entre eles próprios), a disposição dos movimentos de libertação angolanos para cooperarem lealmente uns com os outros, e se submeterem depois ao veredicto popular, era reduzida. A «norma» seguida nas outras colónias africanas de Portugal tinha sido a entrega directa do poder a um só movimento de libertação. Não sendo isso possível no caso de Angola, os três movimentos, incentivados pelos seus patronos internacionais, decidiram arriscar um assalto ao poder pela via armada. Emídio Fernando, jornalista da TSF e natural de Angola, abre o seu livro com a evocação de alguns dos momentos mais dramáticos da Batalha de Luanda e da proclamação da República Popular de Angola, cujos trinta anos se comemoraram a 11 de Novembro do ano passado (altura em que

o livro foi lançado). A sua narrativa segue depois um percurso circular. Uma primeira parte descreve as divisões e controvérsias que o reconhecimento do governo do MPLA suscitou junto do VI Governo Provisório e das principais formações partidárias, para concluir que as tergiversações exibidas por Portugal nessa conjuntura deixaram feridas profundas no relacionamento pós-colonial entre Lisboa e Luanda (saradas apenas durante os governos de Cavaco Silva). Seguidamente, e sem obedecer a uma progressão cronológica linear, o livro guia-nos pelos meandros da política colonial de Salazar e Caetano (baseando-se nalgumas entrevistas a antigos ministros e funcionários do Ministério do Ultramar), da guerra em Angola, e das manobras internacionais em torno da crise colonial portuguesa. O círculo fecha-se com um capítulo que reconstitui o período balizado entre os últimos momentos do marcelismo e os meses que seguiram ao fatídico Acordo do Alvor.

Infelizmente, o livro de Emídio Fernando acrescenta pouco ao nosso conhecimento sobre a independência de Angola. Nas partes relativas ao período colonial, isso ter-lhe-ia exigido mais leituras e trabalho de arquivo (mesmo ao nível da literatura secundária não se compreende como é que autores como John Marcum, René Pélissier, Fernando A. Guimarães, Kenneth Maxwell ou Piero Gleijeses estão ausentes da bibliografia). Na parte relativa ao reconhecimento tardio do governo de Agostinho Neto por Lisboa, as transcrições dos debates travados na Assembleia Constituinte e citações das actas do Conselho da Revolução deveriam ter sido inse-

ridas num quadro interpretativo que esclarecesse o leitor acerca do posicionamento dos diferentes actores políticos face a esta questão. A deficiente identificação das

fontes (ou ausência de qualquer remissão em frases citadas entre aspas) retira também muita utilidade a este livro.

■ **PEDRO AIRES OLIVEIRA**